



MINUTA DA ATA N.º 32/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas 20H30, no Auditório da Escola Secundária do Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, na Freguesia de Caparica em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia:

3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2022”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2022”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Demonstrações Financeira e Orçamentais – ano de 2022”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2023”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2023 e Anos Seguintes (SMAS)”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências área da saúde – Proposta de assinatura de Auto de transferência”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Avenida 23 de Julho, Laranjeiro”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Abastecimento de Águas e do Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Industriais”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Luis Daniel Valverde Jacinto (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD), Paula Maria Galvão (PSD), Inês Pizarat Bom (BE); Karim Hassam Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luisa Maria Galvão (PS), Catarina Isabel Paulino (PS); António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU) por impedimento de António José Olaio da Silva (CDU) e Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por impedimento de Luis Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), João Carlos da Silva Jorge



Antunes (PSD) por impedimento de Irina Cristina da Costa Tricamegy (CDS-PP) e Gilberto Alexandre Ferreira Peixoto (Aliança); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Paulo Ricardo Figueiredo; a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal, do Senhor Vereador José Luís Bucho.

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Devolução IRS”, enviado para a Câmara Municipal em 13/01/2023, ainda não foi respondido;

4.3.2 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Esclarecimentos sobre o Edital nº 70/2022 – Divisão de Fiscalização, Contraordenações e Execuções Fiscais”, enviado para a Câmara Municipal em 30/09/2022, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre “Conselho Municipal de Segurança de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 08/03/2023, foi respondido em 28/03/2023;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 28/XIII-2º/2021-25, 29/XIII-2º/2021-25 e 30/XIII-2º/2021-25, e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Municípes Inês Zagalo, Débora Pinheiro, Roberto Carvalho, Fernando Gheiner, João Rocha e Marta Cruz Jales.

5.2 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira e o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU).

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.2.1- Voto de Pesar em memória das vítimas dos massacres perpetrados pela Federação Russa na Ucrânia, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS) (anexo 1).

6.2.2 – Pelo Falecimento de Joaquim Pessoa, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Ricardo Antunes Carneiro (CDU), (anexo 2).

6.2.3 – Pelo Falecimento de Vitor Lopes, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), (anexo 3).

6.2.4 – Pelo Falecimento de Manuel Rui Azinhais Nabeiro, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS), (anexo 4).



6.2.5 – Pelo falecimento de Óscar Soares, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Marta Cortez Santos (PS), (anexo 5).

6.3 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Galdes, Pedro Miguel Matias e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

6.4 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.1 – O voto de pesar em memória das vítimas dos massacres perpetrados pela Federação Russa na Ucrânia, foi aprovado por maioria com 27 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 11 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.4.2 – O voto de pesar por falecimento de Joaquim Pessoa, foi aprovado por unanimidade.

6.4.3 – O voto de pesar por falecimento de Vitor Lopes, foi aprovado por unanimidade.

6.4.4 – O voto de pesar por falecimento de Rui Azinhais Nabeiro, foi aprovado por unanimidade.

6.4.5 – O voto de pesar por falecimento de Óscar Soares, foi aprovado por unanimidade.

6.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.6 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação sobre “Criação de Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros do Município de Almada” (Anexo 6);

6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Lêdo (PS), para apresentar uma Saudação “Ao Governo pela realização da iniciativa “Governo + Próximo” no Distrito de Setúbal” (Anexo 7);

6.6.3 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS), para apresentar uma Saudação a “Mafalda Lopes e à Associação de Surf da Costa da Caparica22” (Anexo 8);

6.6.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS), para apresentar uma Saudação “Ao 50º Aniversário do Partido Socialista – Um Futuro com História” (Anexo 9);

6.6.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação “Sessões de treino de cães gratuitas no Parque da Paz” (Anexo 10);

6.6.6 – O Senhor Deputado Municipal João Eixa dos Santos (PS), para apresentar uma Saudação “A todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio e pela construção de um futuro de trabalho digno para todos” (Anexo 11);

6.6.7 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Saudação ao “1º de Maio” (Anexo 12);

6.6.8 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE), para apresentar uma Moção “Regionalizar, para um país menos desigual e mais desenvolvido” (Anexo 13);

6.6.9 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), para apresentar uma Saudação ao “1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores” (Anexo 14);

6.6.10 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Saudação à “Luta dos estudantes da Escola Secundária António Gedeão” (Anexo 15);



6.6.11 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Construção de Quartel de Bombeiros na Charneca de Caparica” (Anexo 16);

6.6.12 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Construção de Quartel da GNR no Monte de Caparica” (Anexo 17);

6.6.13 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Criação do Cemitério Municipal de Animais Domésticos” (Anexo 18);

6.6.14 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Recomendação sobre “Criação de Contrato Local de Segurança em Almada” (Anexo 19);

6.6.15 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Construção, Organização e Desenho do Espaço Público em Consideração à Segurança e à Proteção dos Cidadãos” (Anexo 20);

6.6.16 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS), para apresentar uma Moção sobre “Dia Nacional dos Ex-Combatentes Almadenses” (Anexo 21).

6.6 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), João Eduardo Geraldês (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Luis Filipe Palma (CDU), Ivan Costa Gonçalves (PS), a Senhora Vereadora Francisca Parreira e ainda a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira.

6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS), usou da palavra para a Defesa da Honra nos termos do nº 1, do artigo 55º do Regimento a Assembleia Municipal.

6.7 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.7.1 – A Recomendação sobre “Criação de Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Almada” foi rejeitada com 20 votos contra, sendo o 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 14 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 4 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN.

6.7.2 – A Saudação ao “Governo pela realização da iniciativa “Governo + Próximo” no Distrito de Setúbal” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 votos dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 abstenção da eleita do PAN.

6.7.3 – A Saudação a “Mafalda Lopes e à Associação de Surf da Costa da Caparica”, foi aprovada por unanimidade.

6.7.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD), anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.7.4 – A Saudação ao “50º Aniversário do Partido Socialista – Um Futuro com História”, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP e 17 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 da eleita do PAN.



6.7.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.7.5 – A Recomendação “Sessões de treino de cães gratuitas no Parque da Paz”, foi aprovada por maioria com 8 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 30 abstenções sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.7.6 – A Saudação “A todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio e pela construção de um futuro de trabalho digno para todos” foi votada por partes tendo a seguinte votação:

6.7.6.1 – Os considerandos foram aprovados por maioria com 21 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN; 5 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 12 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 1 do eleito do CDS-PP.

6.7.6.2 – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade.

6.7.7 – A Saudação ao “1º de Maio” foi aprovada por unanimidade.

6.7.8 – A Moção “Regionalizar, para um país menos desigual e mais desenvolvido” foi rejeitada com 23 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 1 abstenção da eleita do PAN; 14 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.7.9 – A Saudação ao “1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores” foi votada por partes tendo a seguinte votação:

Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram.

6.7.9.1 – O ponto 1 e os considerandos foram aprovados por unanimidade.

6.7.9.2 – O ponto 2 foi aprovado por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram.

6.7.10 – A Saudação à “Luta dos estudantes da Escola Secundária António Gedeão” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 17 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram.

6.7.11 – A Moção “Construção de Quartel de Bombeiros na Charneca de Caparica” foi rejeitada com 28 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra; 6 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal BE e 4 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.



6.7.12 – O Voto de saudação “Construção de Quartel da GNR no Monte de Caparica” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.6.13 – A Moção “Criação do Cemitério Municipal de Animais Domésticos” ficou consensualizado baixar à respetiva Comissão Permanente.

6.7.14. – A Recomendação “Criação de Contrato Local de Segurança em Almada” foi aprovada por maioria com 24 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.7.15. – A Moção” sobre “Construção, Organização e Desenho do Espaço Público em Consideração à Segurança e à Proteção dos Cidadãos” foi aprovada por maioria com 4 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleitos do CDS-PP; 31 abstenções sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD.

6.7.16 – A Saudação “Dia Nacional dos Ex-Combatentes Almadenses” foi aprovada por unanimidade.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), usou da palavra para uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal, nos termos do nº 1, do artigo 52º, do Regimento a Assembleia Municipal.

7.2.1 – Usaram igualmente da palavra para interpelar a Mesa os Senhores Deputados Municipais Nuno Mendes, João Eduardo Geraldes (CDU), Ivan Costa Gonçalves (PS), António Pedro Maco (CDS-PP).

7.2.2 – Usaram da palavra para esclarecimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

7.3 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

7.3.1 – Para apresentar a Informação da Atividade Municipal, usou da palavra a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal;

7.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Luis Filipe Palma (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), Pedro Miguel Pereira (PS), João Eduardo Geraldes (CDU) e ainda a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira e o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 27 de abril, pelas 20H30.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Gabriel Machado da Rosa, Lina Gonzalez, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins e Jefferson Oliveira.

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *J. C.*

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

JK

Voto de Pesar em memória das vítimas dos massacres perpetrados pela Federação Russa na Ucrânia

Aos primeiros dias de abril de 2022, sensivelmente um mês depois do início da invasão militar da Ucrânia pela Federação Russa, o mundo foi assolado e assistiu em choque às imagens do massacre na cidade de Bucha, nos arredores de Kiev, território que esteve sob ocupação de tropas russas.

A comunidade internacional tem denunciado reiteradamente desde o início da guerra as atrocidades cometidas contra civis, entre os quais mulheres e crianças, apelando inclusive à ação do Tribunal Penal Internacional para apuramento de responsabilidades.

Também a Assembleia da República, em defesa dos direitos humanos, do valor fundamental da vida humana e do direito internacional humanitário, condenou com veemência a invasão e os massacres perpetrados na cidade ucraniana de Bucha. O número exato de pessoas que foram assassinadas é ainda desconhecido. Se há um ano as estimativas apontavam para pelo menos 300 pessoas, que foram encontradas imediatamente após o ataque, hoje sabe-se que seguramente mais de mil civis foram mortos e torturados em toda a região do Oblast de Kiev.

As imagens de Bucha chocaram o mundo, mas não menos chocantes são as dos massacres também cometidos em regiões ou cidades como Mariupol, Borodyanka, Zaporíjia e Donetsk, assim como outros lugares que continuam a ser marcados pela brutalidade da violência e por violações flagrantes de direitos humanos. Relatos de atrocidades que continuam a vir a público e incluem tortura, mutilação, decapitação, estupro e abuso sexual, assim como deportações e deslocamentos forçados de civis, incluindo milhares de crianças.

Quando se assinala um ano do massacre de Bucha, é momento para uma vez mais condenar veementemente estes atos e todos os que aconteceram e continuam a acontecer até aos dias de hoje nas várias cidades e regiões ucranianas, manifestando ao povo ucraniano o nosso



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

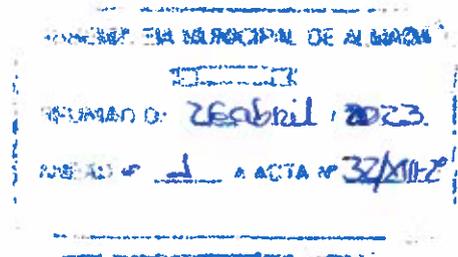
72

profundo pesar e solidariedade, e apelando novamente à responsabilização e punição dos seus autores.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, um ano depois da libertação de Bucha, Irpin e Hostomel, lembra com profundo pesar o massacre de Bucha e todos os massacres que aconteceram em solo ucraniano desde o início da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, manifestando ao povo ucraniano todo o seu apoio e solidariedade e condenando veementemente todas as barbaridades e crimes de guerra cometidos pelos militares russos em território ucraniano.

Almada, 26 de abril de 2023,

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista





72

VOTO DE PESAR (Pelo falecimento de Joaquim Pessoa)

Joaquim Maria Pessoa, conhecido no meio literário por Joaquim Pessoa, nasceu no Barreiro a 22 de fevereiro de 1948 e faleceu no passado dia 17 de abril de 2023, com 75 anos e após doença prolongada.

Construtor e fazedor da língua portuguesa em múltiplas dimensões, Joaquim Pessoa foi publicitário, artista plástico e professor universitário.

Mas foi como Poeta que mais se distinguiu no panorama das artes portuguesas, tendo publicado ao longo da sua vida literária, iniciada em 1975 com o livro "O Pássaro no Espelho" (Moraes Editores), mais de três dezenas de obras literárias.

A sua obra justificou a atribuição de diversos prémios, dos quais se destacam o prémio de poesia da Associação Portuguesa de Escritores, atribuído em 1981 à sua obra "O Livro da Noite", e o prémio de literatura António Nobre, atribuído em 1982 à sua obra "O Amor Infinito". Joaquim Pessoa possui igualmente uma forte ligação ao Concelho de Almada, tendo recebido o Prémio Literário Cidade de Almada, e em 2019 integrou o Júri daquele Prémio, em representação da Câmara Municipal de Almada.

Em 2015, no âmbito da celebração dos 40 anos de atividade literária do poeta, a Câmara Municipal da Moita e a Editora Edições Esgotadas criaram o Prémio de Poesia Joaquim Pessoa, destinado a distinguir uma obra inédita de poesia escrita em língua portuguesa. Ainda no Concelho da Moita, na Baixa da Banheira, o nome do Poeta Joaquim Pessoa foi atribuído à toponímia daquela localidade, assim como no Poceirão, localidade do Concelho de Palmela.

Conhecido também como poeta de canções, muitos dos seus poemas – como dizia, em entrevista publicada em 2004 no livro "Poetas Visitados", de Maria Augusta Silva, em 90% dos casos retirados de livros seus, e não escritos propositadamente para canções –, foram musicados e interpretados por nomes consagrados do panorama musical português. Carlos do Carmo ("Cantiga de Maio"), Fernando Tordo ("Assim como quem morre"), Carlos Mendes ("Amélia dos Olhos Doces"), Jorge Palma ("Mar Português"), Paulo de Carvalho ("Amor sem palavras") ou Rui Veloso ("Desconversar"), dão voz e expressão a alguns desses poemas.

A primeira versão da conhecidíssima canção "Lisboa Menina e Moça", originalmente interpretada por Carlos do Carmo, é também da autoria de Joaquim Pessoa. Um tema que foi rejeitado pelo júri do Festival da Canção em 1975, e inicialmente se chamava "Do Algarve ao Minho", não versando sobre a Capital do País como acontece na versão que acabou por ser consagrada pelo público.

Joaquim Pessoa foi diretor da Sociedade Portuguesa de Autores entre 1988 e 1994, e foi também um dos fundadores da cooperativa artística Toma Lá Disco, com José Carlos Ary dos Santos, Fernando Tordo, Carlos Mendes, Paulo de Carvalho e Luiz Villas-Boas.

A atividade profissional e artística de Joaquim Pessoa não se esgota na Poesia. Ao lado da escrita dos seus poemas, o autor desenvolveu intensa atividade enquanto publicitário, integrando a direção de diversas agências de publicidade. Como afirmou à RTP em 1991, esse era "um trabalho que juntamente com a minha carreira literária faz de mim um homem todos os dias feliz". É



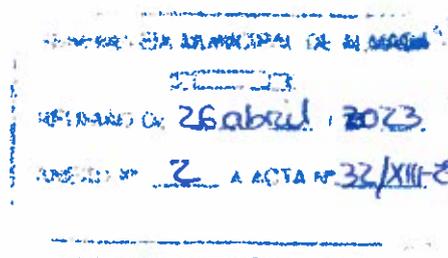
7/2

também autor ou coautor de diversos programas de televisão, como 1000 Imagens, a famosa série infantil Rua Sésamo ou 45 Anos de Publicidade em Portugal.

Joaquim Pessoa produziu igualmente obra artística nas áreas do desenho e da pintura, tendo participado, a partir de 1998, em diversas exposições coletivas e individuais. O Poeta considerava a sua intervenção no domínio das artes plásticas como uma extensão da sua poesia. Citado por Maria Augusta Silva no Diário de Notícias, em 22 de junho de 2003, Joaquim Pessoa afirmava que “o que faço nas artes plásticas é também um ato poético. Julgo ter uma plasticidade muito ligada à poesia, sinto-as como irmãs”.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere expressar os mais sentidos pêsames e a mais profunda Solidariedade à família do Poeta Joaquim Pessoa, a todos os seus muitos amigos, às Artes e Artistas portugueses em geral, e à Poesia e Poetas em particular, e à Sociedade Portuguesa de Autores, na convicção de que desapareceu fisicamente o Homem, mas permanecerá connosco o seu génio criativo, a sua obra, a sua poesia e o seu exemplo de vida.

Caparica, 26 de abril de 2023
O Grupo Municipal da CDU





7/1

VOTO DE PESAR (Pelo falecimento de Victor Lopes)

Faleceu no passado dia 10 de abril Victor Manuel das Neves Lopes, nascido na Vila da Trafaria em 28 de maio de 1943, terra onde sempre viveu, e nela deixa um enorme legado de dedicação e participação na vida pública.

Victor Lopes viveu toda a sua vida assente em ideais e convicções, com dedicação e empenho na defesa das causas sociais e pelos interesses da sua localidade e do seu povo.

Foi um ativo participante e construtor do movimento associativo popular, tendo assumido diferentes cargos e responsabilidades ao longo da sua vasta intervenção associativa, de que se destaca a sua qualidade de Sócio, Dirigente e Presidente da Direção do Clube de Futebol da Trafaria, fundador e Dirigente da Cooperativa de Consumo da Trafaria "A Força do Povo", fundador e Dirigente da Associação de Desenvolvimento da Trafaria, e fundador e Dirigente da Associação "Alma Alentejana".

Militante do PCP desde 1975, técnico de telecomunicações, defendeu os trabalhadores e foi respeitado e reconhecido pela sua ação. Foi membro da Comissão Concelhia de Almada e da Comissão de Freguesia da Trafaria do PCP.

Dedicou uma parte considerável da sua vida ao Poder Local Democrático, ao desenvolvimento da sua terra natal.

Após a Revolução de Abril, nas primeiras eleições livres para os órgãos do Poder Local Democrático, em 1976, foi eleito pela FEPU presidente da Junta de Freguesia da Trafaria. Sempre integrado nas listas da APU e da CDU, foi eleito ao longo de 25 anos consecutivos, tendo exercido funções de Presidente da Junta da Freguesia da Trafaria durante 15 anos.

Em 2012 esteve na primeira linha da luta contra a reorganização administrativa imposta às Freguesias a partir do governo da direita, empenhando-se ativamente na luta contra a extinção da sua freguesia, a Trafaria.

Preocupado com o bem-estar e defesa das aspirações das populações, com o exercício do poder popular e o serviço público universal, integrou novamente as listas da CDU no mandato de 2013 - 2017, tendo sido eleito para a Assembleia de Freguesia, agora, da União das Freguesias da Caparica e Trafaria, e desempenhado o cargo de vogal no executivo da Freguesia.

Numa nova fase da vida, integrou a Direção da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), assumindo as funções de Tesoureiro da Direção, e mais tarde foi fundador da Federação Distrital do MURPI, tarefas que desenvolveu com responsabilidade até ao limite das suas capacidades, em prol de melhores condições de vida daqueles que toda a vida trabalharam.

Um conjunto muito significativo de amigos e camaradas do Victor Lopes, quis estar presente no momento simbólico da sua despedida física do nosso convívio. Uns porque tiveram o privilégio

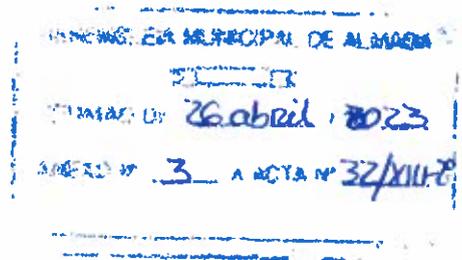


72

de privar com a sua pessoa, e nele reconhecem o Ser Humano Bom que foi, e é. Outros, também por conhecimento pessoal do seu percurso cívico e de vida. Todos, afirmando com segurança e determinação, que em coletivo prosseguiremos com a confiança, a energia e a alegria infindável de sermos livres, hoje e amanhã, o rumo de progresso e desenvolvimento que o Victor tanto amou e por que tanto lutou.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere expressar as mais sentidas condolências e o mais profundo voto de solidariedade e amizade a toda a Família do Victor Lopes, em especial à Antónia, sua companheira, e aos filhos Pedro, Sónia, Clara e Margarida, reconhecendo e expressando o apreço pela sua generosidade e humanismo, pelo seu trabalho, zelo, dedicação e construção dos ideais de Abril, que nenhuma história apagará ou negará, na sua caminhada para transformação do país e para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Caparica, 26 de abril de 2023
O Grupo Municipal da CDU





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

72

Voto de Pesar pelo falecimento de Rui Azinhais Nabeiro

“Um homem de abril que nasceu em março”. É assim que é descrito Manuel Rui Azinhais Nabeiro pela biógrafa Tereza Castro Ribeiro.

No passado dia 19 de março de 2023, o país acordou mais pobre, tendo perdido uma figura incontornável da sua história recente. Figura essa cujo percurso, ética, solidariedade e espírito impulsionador deixa um inegável legado, não só como um dos mais importantes e bem-sucedidos empresários portugueses, mas também como mecenas de causas diversas – do desporto à saúde, da cultura à educação, e como um impreterível defensor da sua terra de Campo Maior e do direito do Interior ao desenvolvimento económico e social. Contudo, para muitos, provavelmente para a maioria daqueles que com ele se cruzaram – no trabalho, na política, nas causas sociais, no seio empresarial – o que define a nossa memória coletiva de Rui Nabeiro é, nas palavras do escritor José Luís Peixoto, “(...) Rui Nabeiro foi um empresário que teve como principal preocupação as pessoas, nomeadamente as que lhe eram mais próximas e acredito que será por isso que continuará a ser recordado por muitos anos”.

Nasceu a 28 de março de 1931, em Campo Maior, numa família humilde. Aos 19 anos assumiu as rédeas da pequena empresa familiar, a Torrefação Camelo. Em 1961 fundou a Delta Cafés, seguida da Novadelta, em 1982, e por fim, em 1988, do Grupo Nabeiro – Delta Cafés, que ao longo das últimas décadas deu origem a mais de duas dezenas de empresas em diversos setores económicos.

O seu percurso também ficou marcado pelo exercício da vida política. Foi Presidente da Câmara de Campo Maior antes do 25 de abril, tendo-se tornado o primeiro Presidente democraticamente eleito do Município, pelo Partido Socialista, em 1977, mantendo-se no cargo até 1986.

O seu legado estende-se ainda para o seu trabalho junto de causas e instituições sociais, culturais e educativas. Em 2007, inaugurou o Centro Educativo Alice Nabeiro, para dar resposta às necessidades extraescolares das crianças de Campo Maior. Dois anos depois, em



7/2

Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

2009, com o patrocínio da Delta, a Universidade de Évora criou a Cátedra Rui Nabeiro, destinada à promoção da investigação, do ensino e da divulgação científica na área da biodiversidade.

Recebeu, em 1995, pelo então Presidente da República Mário Soares, o Grau de Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial Classe Industrial. Em 2006, Jorge Sampaio distinguiu-o como Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. Também do país vizinho veio o reconhecimento da importância do Comendador e da Delta Cafés. Em 2009 recebeu a Comenda da Ordem de Isabel a Católica e em 2010 foi nomeado Cônsul Regional Honorário de Espanha, com sede na Vila de Campo Maior. Era ainda Doutor Honoris Causa pela Universidade de Évora e pela Universidade Lusófona.

O seu legado estende-se também a Almada, mais concretamente ao Hospital Garcia de Orta, para o qual foi um grande benemérito, tendo contribuído com diversos donativos para o Serviço de Neurocirurgia, e com a compra de equipamentos para o Centro de Tumores Cerebrais e para o Serviço de Pediatria, no Centro de Desenvolvimento da Criança.

Recordaremos o Comendador Rui Nabeiro pelas suas próprias palavras, quando falou sobre nunca ter vendido a Delta, “Estava e estou mais do que comprometido com a sociedade em geral. Temos um percurso de vida no âmbito social elevadíssimo e nunca poderia vender (...) quem semeia colhe e quem distribui recebe. E eu faço muito isso”.

Recordaremos igualmente as palavras que disse a propósito de ter sido militante do Partido Socialista, “Sou do Partido Socialista porque nasci numa terra pobre” e esta afirmação orgulhosa do camarada Rui Nabeiro, e que valoriza também o Partido Socialista, fez avançar muito a sua terra, Campo Maior e em nada ofusca a sua visão abrangente e de reconhecimento amplo da importância dos vários partidos políticos e do papel de todos para a construção da democracia.



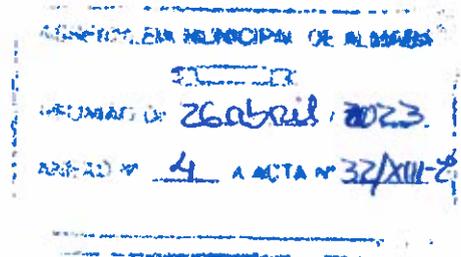
Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

JK

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada transmite à sua família, aos seus amigos, ao Grupo Nabeiro – Delta Cafés, aos seus Camaradas do Partido Socialista e a todos os que tiveram a honra de lhe ser próximos, as suas mais profundas condolências.

Almada, 26 de abril de 2023

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Pesar Pelo Falecimento de Óscar Soares

Óscar Soares faleceu, no passado dia 20 de abril de 2023.

Óscar Soares era um oficial miliciano quando se deu o 25 de abril de 1974 e, ao longo de toda a sua vida, soube honrar e afirmar os valores de abril.

Engenheiro eletrotécnico de formação, afirmou-se como professor na então Escola Comercial e Industrial Emídio Navarro, onde desempenhou funções como dirigente e se empenhou na promoção e valorização das formações técnicas e tecnológicas, assim como na aproximação entre a educação e o mundo do trabalho.

Sindicalista docente, foi um dos mais destacados militantes e dirigentes do SPGL e da FENPROF em que, com um dinamismo e uma convicção ímpares, ao longo do tempo integrou os órgãos sociais ou animou listas alternativas, sempre com lealdade e respeito pela diferença.

Foi também membro da Comissão Nacional da CGTP-IN e integrou o Secretário Nacional da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN.

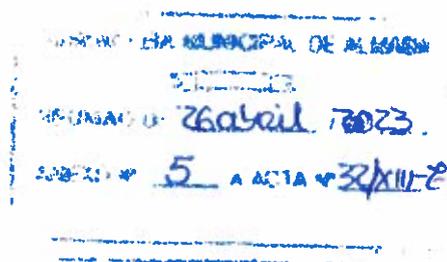
Aderiu ao Partido Socialista a 28 de dezembro de 1989, tendo militado na Secção de Almada e na Secção Sectorial de Educação e Formação de Almada, de que foi um dos fundadores.

Integrou o Comissão Política Concelhia de Almada do Partido Socialista, participando ativamente na vida partidária enquanto a sua saúde lho permitiu.

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2023, na Escola Secundária do Monte de Caparica, presta justa homenagem ao Professor Óscar Soares e apresenta as mais sentidas condolências à sua família, ao Partido Socialista e ao SPGL.

Almada, 26 de abril de 2023

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista





JK

Excelentíssimo Senhor Presidente
da Assembleia Municipal de Almada
Dr. José Joaquim Leitão

Almada, 14 abril de 2023

Assunto: Recomendação a apresentar à Câmara Municipal de Almada:
Criação de Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos
Bombeiros do Município de Almada

Os bombeiros são reconhecidos pela sociedade pelo seu insubstituível papel no auxílio e socorro às populações em caso de incêndio, acidentes, catástrofes ou calamidades.

Merecem reconhecimento as difíceis condições a que estão diariamente expostos no seu trabalho, zelando pelo bem-estar da população, com elevado grau de dedicação, devoção e sacrifício pessoal e familiar.

Dedicados a uma causa com elevado sentido de responsabilidade, altruísmo e solidariedade, estes homens e mulheres devem ser tratados com dignidade, lembrados, valorizados e recompensados pelo seu esforço e dedicação ao próximo.

Torna-se por isso fundamental o estabelecimento, por via regulamentar, da concessão dos direitos e regalias a atribuir aos Bombeiros, definindo para o efeito as obrigações e regras a serem observadas.

Atualmente, no Concelho de Almada, existem três Corpos de Bombeiros, detidos pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Cacilhas, fundada a 15 de janeiro de 1891, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Almada, fundada a 26 de agosto de 1913, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Trafaria, fundada a 25 de junho de 1931.



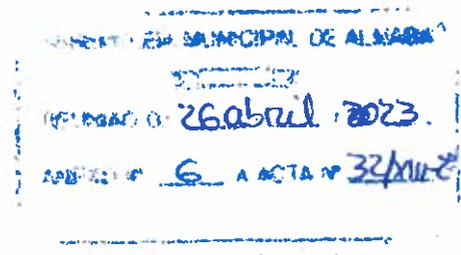
7/1

Ao longo da sua existência, e das diversas gerações que por lá passam, seja nos órgãos sociais, seja no corpo ativo, estas têm prestado um serviço de excelência e de proximidade às populações do Município de Almada, cujos efetivos merecem todo o nosso reconhecimento.

Nesse sentido, o futuro regulamento poderá, a título de exemplo e de modo a recompensar e atrair novos efetivos, passar pela atribuição de uma redução Fiscal em Sede de IMI e uma baixa nas tarifas da água, entre outros benefícios.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Chega propõe que a Assembleia Municipal assuma o compromisso de propor ao Executivo da Câmara Municipal de Almada que inicie todas as medidas necessárias para a elaboração de um Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros deste Município.

Grupo Municipal do Partido Chega





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

JK

Saudação ao Governo pela realização da iniciativa “Governo + Próximo” no distrito de Setúbal

Os últimos anos têm sido marcados por sucessivas crises de larga escala que afetam o nosso país. À urgência climática somou-se a crise pandémica – uma realidade até então desconhecida de quase todos – e a desestruturação de cadeias de abastecimento globais. Mais recentemente, a voracidade destrutiva das ondas de choque de uma guerra hedionda somou-se-lhes, gerando um quadro inflacionista que se propagou pela economia europeia.

Num contexto de imprevisibilidade e provação, a estabilidade alicerça-se no estreitamento entre decisores, território e as suas comunidades, nomeadamente através da concretização de políticas públicas estruturais, aliadas a opções mitigadores do contexto económico atual, que apesar de ser alheio a Portugal, afeta a vida das famílias portuguesas.

Nos passados dias 29 e 30 de março, o XXIII Governo da República realizou, em Setúbal, a 4ª edição da iniciativa “Governo + Próximo”, com a realização de mais de 80 ações por todo o distrito de Setúbal, com particular incidência para obras e projetos em curso em cada um dos 13 concelhos que o compõem.

De igual modo, a 24 de março deste ano, a publicação no Jornal Oficial da União Europeia finalizou o processo de constituição da Península de Setúbal como NUTS II e NUTS III. Um exigente percurso que envolveu diferentes políticos, empresários e demais forças vivas da sociedade civil e uma condição indispensável à concretização do tremendo potencial do Distrito de Setúbal, e do nosso concelho em particular, que vem pôr fim à assimetria que discriminava estes territórios no acesso a fundos comunitários.

Porque a economia portuguesa prospera sempre que aposta no distrito de Setúbal, a decisão do Conselho de Ministros Extraordinário, realizado em Setúbal, que aprova um conjunto de medidas que apostam no Arco Ribeirinho Sul, merece destaque.



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

12

Com particular interesse para Almada, foi anunciado o investimento nos territórios das outrora pujantes Lisnave, Siderurgia Nacional, e Companhia União Fabril. Com esta decisão, os 57 hectares de território no concelho de Almada, 217 no Seixal e 202 no Barreiro, serão – finalmente – valorizados, de acordo com as necessidades do nosso concelho, da Área Metropolitana de Lisboa e do país.

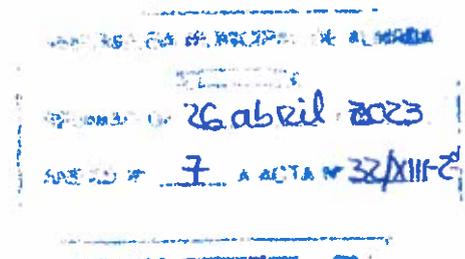
A este projeto soma-se a aposta na criação de emprego, de habitação, na mobilidade, no turismo, na saúde e na educação, entre outras, aprofundando o conceito de “Cidade das duas margens”, que liga o Arco Ribeirinho Sul à margem norte do Rio Tejo.

O Governo e as Autarquias têm o dever de continuar a estreitar a cooperação enquanto propulsores da mudança, com o desejável envolvimento institucional e técnico do tecido empresarial regional, bem como da academia, nomeadamente em dossiers como a expansão do Metro Sul do Tejo, a edificação de novas infraestruturas, o aproveitamento de património de Estado com usos desatualizados, entre outras matérias de relevo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera saudar o Governo pela realização do Conselho de Ministros descentralizado no distrito de Setúbal e pelas decisões nele tomadas que traduzem a aposta no desenvolvimento no nosso distrito e, em particular, no concelho de Almada.

Almada, 26 de abril de 2023

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

JK

Saudação a Mafalda Lopes e à Associação de Surf da Costa de Caparica

A Caparicana Mafalda Lopes desde muito jovem começou a praticar surf nas praias da Costa de Caparica, traçando o seu caminho na alta competição.

Em 2016, com apenas 15 anos, sagra-se campeã europeia Eurosurf Júnior e é campeã nacional sub-18. Desde então não existiram limites para a sua excelência como atleta profissional.

Em 2017, é campeã nacional de sub-16 e melhor Júnior na Liga Meo Surf, a liga nacional com maior relevo.

O seu percurso cresce ano apos ano, com novas conquistas a nível nacional e internacional.

No ano seguinte, em 2018, volta a sagrar-se vice-Campeã Europeia Eurosurf Junior e é simultaneamente campeã nacional sub-18, sendo considerada pela Liga Meo Surf a melhor Júnior da prova, é também distinguida com o premio Tiago Pires “Atleta com mais potencial futuro”.

Em 2019, atinge o expoente máximo da sua jovem carreira ao sagrar-se campeã europeia Júnior WSL (World Surf League); é pela terceira vez campeã nacional sub-18 e nomeada para Esperança Olímpica; à posteriori participa no mundial de juniores WSL e ISA Games, alcançando o 9 lugar com as cores da seleção nacional ao peito. Tudo isto com apenas 18 anos.

Em 2021 faz o segundo lugar na terra que viu nascer para o surf no WQS: Costa da Caparica; adicionalmente conquista o 3 lugar no ranking Liga Meo Surf.

Em 2022 sagra-se vice-campeã europeia da World Surf League.

Este ano, o início do mês de abril foi marcado por mais uma edição do Caparica Surf Fest, o último evento da série de qualificação (QS) da World Surf League (WSL) para a temporada 2022-23, na corrida à Challenger Series (CS). A edição ficou marcado pela vitoria brilhante de Mafalda Lopes, atleta da Associação de Surf Costa de Caparica.



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

7k

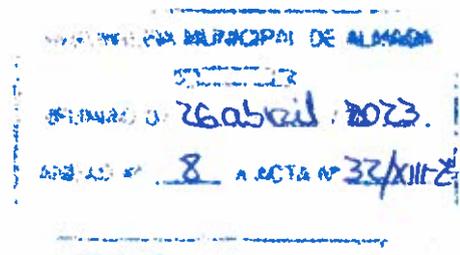
Em paralelo ocorreram outras iniciativas, como aulas de surf gratuitas abertas à população e comunidade juvenil/escolar do nosso concelho, promovidas por entidades locais, com o objetivo não só de promover o desporto, como também de democratizar o acesso a esta modalidade.

A Mafalda, para além de ser uma atleta de excelência é também uma cidadã que defende os valores de solidariedade, paz e liberdade; envolvendo-se no projeto social “Surf no Bairro”, transmitindo o seu conhecimento e valores aos mais jovens. É com grande orgulho que testemunhámos a vitória da atleta nas ondas da Costa de Caparica.

Como tal, a Assembleia Municipal de Almada delibera saudar Mafalda Lopes e a Associação de Surf Costa de Caparica pelo seu percurso e pela vitória na última etapa na prova de qualificação da Liga Mundial de Surf.

Almada, 26 de abril de 2023

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Saudação ao 50º aniversário do Partido Socialista – Um Futuro Com História

O Partido Socialista completou 50 anos desde a sua fundação, mantendo-se fiel aos seus princípios e à defesa da Liberdade e da Democracia.

A 19 de Abril de 1973, o Congresso da Acção Socialista Portuguesa (ASP), que se realizou em Bad Munstereifel, na Alemanha, “ponderando os superiores interesses da Pátria, a actual estrutura e dimensão do movimento, as exigências concretas do presente e a necessidade de dinamizar os militantes para as grandes tarefas do futuro, deliberou transformar a ASP em Partido Socialista”.

O PS tem sido assim, ao longo dos anos, o principal precursor e construtor do Estado de Direito e do Estado Social em Portugal, principal razão da melhoria das condições de vida dos portugueses ao longo destas quase cinco décadas de Democracia, um partido de múltiplas gerações de portugueses ao serviço dos cidadãos.

Seja através do exercício de cargos de governação ou exercendo o importante papel de oposição, nas autarquias, na Assembleia da República, no Governo de Portugal ou nas instancias europeias, o Partido Socialista tem pugnado, através da sua acção, pela construção de um Portugal Melhor, mais Justo, com cada vez menos desigualdades, Inclusivo, Livre e Democrático, por mais e melhores condições de vida, pela garantia dos Direitos Sociais, desde o acesso à educação, ao trabalho, à segurança, à saúde e à habitação, e pela garantia dos Direitos Humanos Fundamentais.

Ao Partido Socialista é justo prestar reconhecimento pela defesa dos valores de Abril e pelo incessante combate aos movimentos e partidos que procuram, através de uma retórica que explora os medos mais profundos da condição humana, destruir a democracia e regressar a um passado de autoritarismo e intolerância, de má memória.



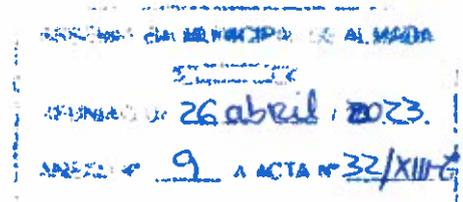
Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

7/k

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera saudar o Partido Socialista, nas pessoas dos seus fundadores, militantes e aos portugueses que depositam a sua confiança nos eleitos do Partido Socialista, pelos 50 anos de história que marcaram de forma indelével o nosso país.

Almada, 26 de abril de 2023

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista





Assembleia
Municipal

72

RECOMENDAÇÃO

Sessões de treino de cães gratuitas no parque da paz

A taxa de abandono de animais de companhia aumentou em mais de 30% entre 2020 e 2022, o que quer dizer que por dia são abandonados cerca de 100 animais de companhia. Uma das causas do abandono, prende-se com o comportamento indesejado dos animais, como ladrar muito, estragar a casa ou o jardim, ser reativo, pouco sociável com pessoas ou animais, comportamentos que podem, na maioria das vezes, ser corrigidos com treino adequado.

A existência de treinos na rotina dos nossos animais de companhia, para além de trazer uma melhor harmonia na relação entre cão e tutor, ajuda o animal a aprender a reconhecer as regras para estar em casa, a sentir-se tranquilo tanto no seu lar como no exterior, permitindo ainda que este tenha um comportamento menos ansioso e reativo relativamente a outros animais, pessoas, lugares e estímulos diferentes.

Acontece que as escolas para cães e os treinos não são acessíveis a todas as pessoas com animais, sobretudo por questões económicas, deixando de lado uma franja da população de Almada com animais que não consegue aceder a estes serviços. O custo médio de uma sessão de treino de cães situa-se nos 35€, sendo que para que seja eficaz, o treino deve ser regular e muitas vezes prolongado no tempo, dependendo do problema, das características do animal e da sua relação com o tutor e com o ambiente exterior.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Almada,
Largo 5 de outubro, nº 34
2805-119 Cova da Piedade
E-mail amalmada@pan.com.pt
Site AMA www.assembleialmada.org



7/1

Sendo Almada um concelho que se diz preocupado e atento à proteção, bem-estar e saúde dos animais de companhia, propomos assim que a câmara municipal possa providenciar treinos de cães de forma gratuita, através da contratação de um profissional credenciado, para todos os almadenses que queiram participar com os seus animais, dando assim oportunidade a quem não tem possibilidade de pagar este serviço e contribuindo, ao mesmo tempo, para a diminuir a taxa de abandono de animais.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26, 27 e 28 de abril delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- A disponibilização por parte da câmara municipal de sessões de treino para cães gratuitas no *Dog Park* situado no Parque da Paz, com o acompanhamento de um profissional credenciado da área.

Almada, 26 de abril de 2023

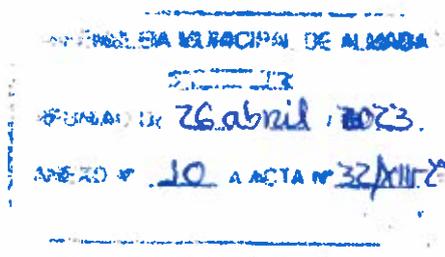
Pessoas - Animais - Natureza

Margarida Paulos

Margarida Paulos

(Deputada Municipal do PAN)

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Almada,
Largo 5 de outubro, nº 34
2805-119 Cova da Piedade
E-mail amalmada@pan.com.pt
Site AMA www.assembleialmada.org





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

7/1

Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de maio e pela construção de um futuro de trabalho digno para todos

Ao longo da história, tem sido largamente através do trabalho e dos trabalhadores que se tem garantido a existência de condições de vida e de transformação do mundo. No entanto, milhões de homens e mulheres, têm sido vítimas de formas de exploração inqualificáveis, sendo condenados a uma existência indigna, no quadro de um conjunto de relações de poder, em que a prosperidade e o conforto de poucos, se tem alcançado à custa do sofrimento e da dignidade de quase todos.

Apesar dos progressos civilizacionais e do diálogo social terem avançado no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, continuam a existir situações que os violam. A humanização do trabalho e o reconhecimento do seu valor estão ainda longe de ser uma realidade globalmente alcançada.

No dia 1 de maio assinala-se o Dia do Trabalhador - data consagrada pelo Congresso Operário Internacional em 1889, em homenagem à luta de 500 mil trabalhadores que, em 1886, nesse mesmo dia, saíram à rua em Chicago, numa manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada laboral para oito horas. A expressão dessa manifestação, contribuiu para a consciencialização da humanização do trabalhador e da relevância dos seus direitos.

O dia 1 de maio representa, acima de tudo, a afirmação de um progresso civilizacional, económico e social, da redução das desigualdades, para a qualidade de vida dos trabalhadores. Mas o reconhecimento dos direitos laborais é uma conquista que ainda hoje, tal como no passado, se realiza numa luta contínua e que persistirá enquanto houver o desejo pelo progresso, pelas reivindicações e aspirações legítimas dos trabalhadores, que devem ser reconhecidos, recompensados e dignificados pelo seu trabalho.



Atento a essa necessidade, o Governo de Portugal, liderado pelo Partido Socialista, apresentou uma proposta ambiciosa que altera a legislação laboral, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno.

Tais alterações irão entrar em vigor no próximo 1º de maio, com a Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho. Esta agenda inclui 70 medidas ao serviço dos trabalhadores e empresas, que assentam em 4 eixos:

- Combater a Precariedade;
- Valorizar os Jovens no Mercado de Trabalho;
- Promover a melhor conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar;
- Dinamizar a negociação coletiva e a participação dos trabalhadores.

A Agenda do Trabalho Digno continua o caminho da valorização salarial, do combate à precariedade laboral, da promoção da contratação coletiva e da conciliação entre a vida profissional e familiar. As preocupações do passado, aliadas às problemáticas que surgiram com a pandemia, levaram à criação de medidas que melhoram e equilibram ainda mais as relações laborais, que dignificam e valorizam os trabalhadores, e que criam condições para que o trabalho do futuro seja, de facto, um trabalho digno para todos.

Conscientes que a luta se faz todos os dias, na busca de direitos e da sua consolidação, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 26 de abril, delibera:

1- Saudar os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, em especial, os trabalhadores do concelho de Almada, os trabalhadores municipais e de freguesia e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses;

2- Saudar os trabalhadores que por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.

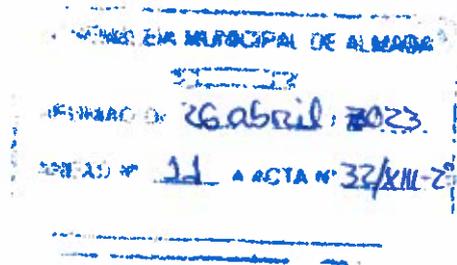


Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

7d

Almada, 26 de abril de 2023

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista



Saudação ao 1º de Maio

Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades e acabar com a exploração, e lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais.

Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT).

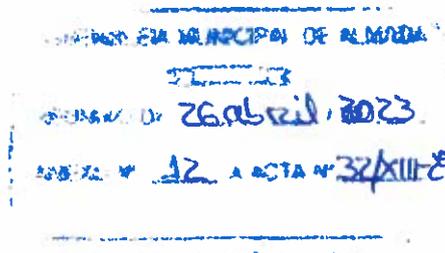
Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 2023, delibera:

Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas

Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração

O grupo Municipal do Bloco de Esquerda





Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Almada

12

Moção

REGIONALIZAR, para um país menos desigual e mais desenvolvido

O atraso do país e a desigualdade entre os territórios não são problemas novos.

Durante séculos, a monarquia concentrou e centralizou o poder. O império tinha uma capital, o restante território era a província.

Mesmo após a instauração da República em 1910 a centralização do poder, “**causa de muitos dos males do país**” na expressão de Alves da Veiga, não se alterou. E com a ditadura fascista de Salazar, a concentração do poder fez crescer ainda mais o atraso social e as desigualdades territoriais.

Como se deve organizar um Estado para diminuir as desigualdades entre as pessoas e entre os territórios ?
A esta pergunta a Constituição de Abril deu a resposta.

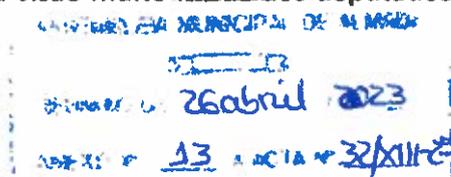
Levando em conta as experiências de organização administrativa noutros países, a Assembleia Constituinte incluiu na Constituição da República Portuguesa (aprovada em 2 de abril de 1976 com os votos favoráveis do PS, PPD, PCP, MDP/CDE e UDP) as Regiões Administrativas definidas como uma autarquia, com as atribuições de direção de serviços públicos e “**apoio à ação dos municípios no respeito da autonomia destes e sem limitação dos respectivos poderes**”. E no artigo 256º apontou que a instituição em concreto de cada região administrativa dependerá do voto favorável da maioria das assembleias municipais que representem a maior parte da população da área regional”.

A 1ª revisão constitucional em 1982 manteve o papel das **assembleias municipais** na criação das regiões administrativas, o mesmo sucedendo com a 2ª revisão em 1989 e com a 3ª revisão em 1992. E em 1991 sob o impulso de Valente de Oliveira até foi aprovada a Lei Quadro das Regiões Administrativas (Lei nº 56/91). Mas na 4ª revisão constitucional em 1997 tudo mudou. Os dirigentes do PSD e PS engendraram uma forma de travar a criação das regiões administrativas, através da alteração do artigo 256º que passou a exigir um duplo referendo. Fizeram uma maldade ao país e à democracia. As Regiões Administrativas definidas (e bem) pelos deputados constituintes como uma autarquia, passaram a ser apresentadas pelos defensores do centralismo como uma nova fonte de despesa pública e até um atentado à unidade nacional, entre outras ideias erradas.

Mais recentemente, foi desencadeado pela extrema-direita (que não esconde o seu objetivo de destruir a Constituição de 1976) o procedimento para a 8ª revisão. E perante as propostas já conhecidas, João Cravinho, ex-presidente da Comissão Independente para a Descentralização, lançou um alerta sobre as omissões do PS e PSD quanto à importância decisiva da criação das Regiões Administrativas.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de Abril /2023, considerando as consequências desastrosas da centralização do poder no subdesenvolvimento do país e nas desigualdades territoriais, Delibera:

- Instar a Assembleia da República a que no processo de revisão da Constituição, recolha as assembleias municipais como elemento central na instituição em concreto das Regiões Administrativas, respeitando assim a visão muito lúcida dos deputados constituintes inscrita no artigo 256º nº 3 da CRP de 1976



O grupo Municipal do Bloco de Esquerda



72

SAUDAÇÃO (1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores)

Há 137 anos, 1 de Maio de 1886, muitos milhares de operários, primeiro em Chicago, depois noutras cidades norte-americanas, paravam as fábricas e exigiam em enormes manifestações nas ruas melhores condições de vida e de trabalho, principalmente a redução do horário de trabalho que muitas vezes atingia as 17 horas diárias.

A heroica luta destes milhares de trabalhadores, mesmo brutalmente reprimida pela polícia, teve como resultado a conquista das 8 horas de trabalho diário. O reconhecimento internacional da importância desta conquista, traduziu-se mais tarde consagração à escala mundial do dia 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Há precisamente 50 anos, no dia 1 de Maio de 1973, os trabalhadores portugueses e a população celebravam o Dia Internacional dos Trabalhadores debaixo da brutal repressão fascista – com a prévia prisão de trabalhadores reconhecidos como organizadores das greves e protestos, com a utilização de canhões com água azul para marcar e identificar os manifestantes, com violentas cargas policiais e dezenas de prisões, ninguém escapando à fúria da polícia de choque.

Passados 365 dias, em 1 de Maio de 1974, derrotado o fascismo e a brutalidade policial, as ruas encheram-se de homens, mulheres, jovens, crianças e famílias gritando Liberdade e "o Povo Unido Jamais será vencido"!

A cada celebração do 1º de Maio, não podemos esquecer os milhões de trabalhadores que em todo o mundo, e em Portugal, foram assassinados, presos, torturados, pela luta que desenvolviam para que todos pudessemos ter uma vida mais digna, mais justa, com direitos no trabalho, na sociedade, mais igualdade e justiça social.

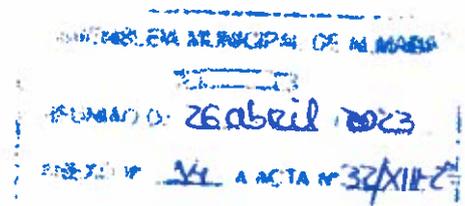
Por isso, o dia 1º de Maio é de homenagem. Mas é também dia de celebração, pelas grandes conquistas alcançadas por essas lutas travadas por esses milhões de homens e mulheres trabalhadores e pelas populações.

Mas o dia 1º de Maio permanece sobretudo como um dia de Luta! De luta pela justiça social, pela exigência do aumento dos salários, por emprego com direitos, por horários de trabalho que respeitem a conciliação do trabalho com a vida familiar, contra a exploração e o aumento do custo de vida, por mais e melhores Serviços Públicos, e particularmente pela concretização dos direitos consignados na Constituição da República Portuguesa em todos os domínios, mas especialmente no que respeita ao Serviço Nacional de Saúde, à Educação e ao direito à Habitação condigna.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1. Saudar todos os Trabalhadores portugueses, manifestando a mais profunda solidariedade com as lutas que desenvolvem pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida.
2. Apelar à mobilização das populações, dos trabalhadores e da juventude para que transformem o 1º de Maio numa ação de exigência pela mudança de que o País precisa, e pela afirmação de um País de progresso, livre e soberano ao serviço do seu Povo e pela Paz no mundo.

Caparica, 26 de abril de 2023
O Grupo Municipal da CDU





1/1

SAUDAÇÃO (À luta dos estudantes da Escola Secundária António Gedeão)

No passado dia 21 de Março de 2023, centenas de alunos da Escola Secundária António Gedeão voltaram a manifestar-se ocupando a entrada da escola com o apoio de pais e professores, protestando pela continuada existência de salas construídas em madeira com 34 anos de existência, conhecidas como “galinheiros” onde chove tanto lá dentro como cá fora.

A manifestação dos estudantes juntou mais de 400 pessoas, incluindo Encarregados de Educação, a Associação de Pais, Assistentes Operacionais e Professores.

Esta degradação é do conhecimento da Câmara Municipal de Almada, que aceitou a transferência de competências quanto à gestão do equipamento, sabendo de antemão não só as necessidades de intervenção em todo o espaço escolar que devem ser resolvidas para os dias de hoje, como também perspetivar um investimento de futuro que a carta educativa deve conter pelas previsões de desenvolvimento urbanístico na zona.

As notícias desta manifestação saltaram para as páginas dos jornais e das televisões e deram conhecimento desta situação de completo desprezo pelas instalações degradadas em que alunos, assistentes operacionais e professores do ensino público vivem.

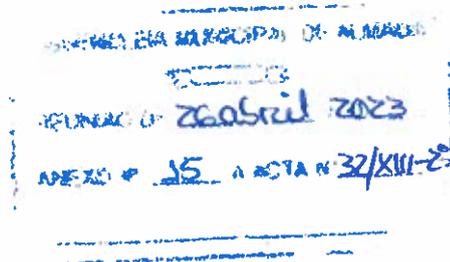
Esta manifestação é apenas uma das muitas já realizadas por várias gerações de alunos desde há muitos anos. Os sucessivos ministérios dos governos do PS, PSD e CDS nunca deram uma resposta a esta situação.

A luta é o caminho para conseguir os objetivos das comunidades escolares, tal como demonstrado noutras situações, de que é exemplo a obra da Escola Básica Maria Rosa Colaço, exigida pela CDU, pais e professores, junto da Câmara Municipal de Almada há vários anos e que já neste mandato, foi objeto de tomadas de posição por parte desta Assembleia Municipal, através de moções apresentadas.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse um voto de saudação à luta desenvolvida pelos estudantes da Escola Secundária António Gedeão, expressando igualmente toda a solidariedade institucional e disponibilidade para acompanhar no futuro as suas reivindicações por um ensino de qualidade, que exige uma escola em adequadas condições de funcionamento.

Caparica, 26 de abril de 2023

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada





7k

CDS-Partido Popular

Assembleia Municipal de Almada

MOÇÃO

CONSTRUÇÃO DE QUARTEL DE BOMBEIROS NA CHARNECA DE CAPARICA

A freguesia da Charneca da Caparica, agregada numa união com a freguesia da Sobreda, representa um considerável e elevado aglomerado populacional com inevitável tendência para um rápido crescimento, deixando ao poder político e a quem gere o território, um enorme desafio e uma enorme responsabilidade de pensar convenientemente o a freguesia, de forma a melhor servir as populações e aqueles que o visitam.

O respectivo território é caracterizado por espaços urbanos aglomerados e dispersos, e ainda por uma vasta área de mata e floresta, esta última, que acarreta do ponto de vista da manutenção, da preservação e da segurança, uma importância acrescida nomeadamente nas épocas de mais calor.

O mesmo tem ainda na sua geografia um conjunto significativo de aglomerados habitacionais identificados como áreas urbanas de génese ilegal, as denominadas AUGI's, que foram sendo erguidas ao longe de décadas e que se caracterizam pela ausência de ordenamento urbano, fora do âmbito de um verdadeiro ordenamento urbanístico onde prevaleça o interesse público geral.

Decorrente desse facto, o território é ainda acompanhando nessas áreas de génese ilegal, de caminhos sinuosos, de trilhos e estacionamento abusivo e desordenado tal como demais espaços perigosamente inadequados a uma pronta e dinâmica prestação de socorro e auxílio. Todos estes constrangimentos merecem uma atenção redobrada, a fim de se evitar que a prontidão seja insuficiente para dar resposta ao salvamento e à protecção das populações.

Ao espaço urbano, junta-se uma vasta área de floresta e de zonas verdes, muitas delas identificadas como património a preservar dada a fauna e a flora característica das zonas, área essa, que merece também uma atenção redobrada considerando o potencial risco de incêndio, ao qual a prontidão da actuação em caso de ocorrência deve ser a mais eficaz possível e com os meios de socorro devidamente adaptados ao teatro de operações em caso de necessidade. Acresce ainda uma quantidade considerável de animais domésticos que pelas características habitacionais tem vindo a aumentar e com uma tendência exponencial que merece também uma especial atenção.

Desta forma, no que respeita a essa prontidão e eficiência nos meios de socorro, seria de considerar a construção de um quartel de bombeiros que servisse a união de freguesias, situada em local devidamente a designar, que possa dar resposta imediata às populações e às características geográficas do território em apreço, considerando não só o vasto aglomerado populacional e habitacional, mas também a atratividade que a união de freguesias tem nomeadamente em época estival com todos os constrangimentos ao nível da segurança e do bem estar que desse facto podem resultar.

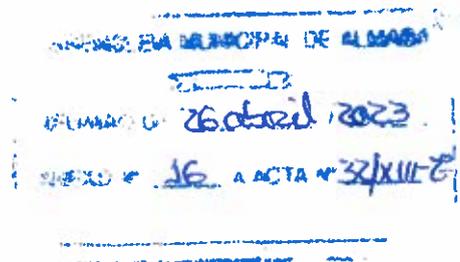
Um novo quartel de bombeiros seria mais um factor e uma ajuda imprescindível no processo de desenvolvimento e de fixação e de atração de pessoas para a freguesia, considerando não só a melhoria das condições dos profissionais da prestação de socorro quer em termos

de eficiência quer em termos de eficácia, tal como garantiria uma maior confiança por parte das populações, ajudando na organização e requalificação do espaço público local.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 2023 em sessão ordinária, na localidade do Monte de Caparica, tendo em conta os considerandos atrás mencionados, vem desta forma, **defender a construção de um novo quartel de bombeiros na localidade da Charneca da Caparica, que vise o aumento da prontidão do socorro às populações ao mesmo tempo que garante melhores condições de operacionalidade aos bombeiros que necessitam operar no território envolvente**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Caparica, 26 de Abril de 2023





CDS-Partido Popular

Assembleia Municipal de Almada

MOÇÃO CONSTRUÇÃO DE QUARTEL DA GNR NO MONTE DE CAPARICA

Dados oficiais do RASI (Relatório Anual de Segurança Interna), continuam a identificar o distrito de Setúbal como um dos distritos do país onde a criminalidade participada tem tendência crescente, ao qual o concelho de Almada está mesmo identificado como o concelho do distrito onde essa criminalidade é a mais registada, facto esse, que deve não só preocupar as entidades responsáveis, mas também, a urgência na implementação de medidas e de investimento adequado junto das forças de segurança que possam responder com mais meios e com melhores condições aquando da protecção de pessoas e bens no exercício das suas funções profissionais.

São já conhecidas as reivindicações dos profissionais sendo que a grande maioria, como se pode constatar recorrentemente em público por parte dos mesmos, ainda não tiveram uma solução adequada e à medida dos seus interesses, razão pela qual, a jornada de luta por melhores condições de trabalho são uma constante e com tendência para continuar.

Também no concelho de Almada, é recorrente PSP e GNR, que partilham a jurisdição no território, manifestarem-se acerca dos problemas que assolam os profissionais das forças de segurança e que permanecem no tempo, muitos deles já com décadas por resolver e que limitam a intervenção e o trabalhos da PSP e da GNR.

São constantes as queixas relativas à necessidade de efectivos, da falta de equipamento nomeadamente de viaturas operacionais, tal como infraestruturas físicas e de apoio às forças policiais visivelmente degradadas e inoperacionais devido ao desgaste, mas, sobretudo, devido a ausência de manutenção e de uma gestão rigorosa e prioritária por parte da tutela que seja capaz de resolver os problemas que perduram sem soluções.

No caso da GNR, apesar de um reforço de efectivos na Charneca da Caparica, mesmo não sendo suficiente, bem longe disso, é de considerar; todavia, é a força de segurança que regista na sua área de jurisdição operacional as maiores ocorrências levando a que o concelho de Almada, esteja no topo da criminalidade participada no que se refere ao distrito de Setúbal e a um dos maiores no país.

A caracterização e identificação de zonas sensíveis na área da GNR no concelho, leva a que as medidas sejam insuficientes, com especial destaque para as condições totalmente desumanas e inadequadas, em primeiro lugar para os profissionais da guarda e também para as populações servidas pelo posto da GNR localizado na Trafaria, num edifício antigo, velho e degradado, com muitos problemas estruturais identificados, e que permanecem no esquecimento sem qualquer registo oficial da resolução do problema.

A este problema, junta-se a necessidade urgente da construção de um novo quartel na área do Monte da Caparica, fortemente reivindicada pelos comandantes do corpo da GNR, restantes militares e pelos sindicatos, onde a prestação de socorro e de auxílio às pessoas e seus bens, se possa efectivar com mais e melhores condições e com mais celeridade, ajudando a diminuir inclusive, o sentimento de insegurança ao mesmo tempo que aumenta os níveis de confiança por parte das populações, num território vasto e com várias valências e ofertas de emprego, de lazer, de cultura, paisagístico e natural, servidos de transportes, e com comércio e indústria no território.

JK

Posto isto, considerando a necessidade da existência de um novo quartel da GNR há muito reivindicado pela força de segurança e pelas populações, que reforce a sua guarnição com melhores condições de trabalho e operacionalidade no território, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 2023, na localidade da Caparica, **defende junto da tutela a construção urgente do novo quartel da GNR no Monte de Caparica**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Caparica, 26 de Abril de 2023

ALMADA EM MUNICIPIO DE ALMADA
26 Abril 2023
ANEXO Nº 27 A ACTA Nº 32/III/23



CDS-Partido Popular

Assembleia Municipal de Almada

MOÇÃO CRIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Ao longo dos últimos anos muito se tem contribuído através de nova legislação e de consciencialização para a responsabilidade aos mais variados níveis, no que diz respeito aos deveres da sociedade para com os animais, nomeadamente para com os animais domésticos e de companhia.

O aprofundamento dessa responsabilidade deixa ao ser humano a tarefa de criar e de salvaguardar que os animais de companhia possam viver com dignidade, com condições adequadas às suas necessidades ao nível da saúde, da alimentação, dos cuidados de higiene e no carinho e afecto que qualquer animal doméstico e de companhia deve ter como garantido.

Quer o Estado quer as autarquias, têm tido um papel fundamental no que concerne ao bem-estar animal, manifestado através de políticas, medidas e regulamentos em benefício e direccionadas para os animais, atribuindo-lhes mais dignidade e qualidade de vida.

Os apoios manifestados em melhoramentos de canis municipais, no incentivo à adopção e famílias de acolhimento, nos cheques-veterinários, nos benefícios fiscais, na criação de equipas e voluntários direccionadas para os animais, no aumento das esterilizações, no controlo de matilhas e demais benefícios que vão ao encontro de uma nova forma de olhar para os animais domésticos e de companhia, fazem parte de muitos investimentos quer ao nível dos municípios quer do Estado central, e que muito têm contribuído para melhorar a relação que a sociedade tem para com os animais, não esquecendo a importância das inúmeras associações que trabalham todos os dias no terreno.

Tal como na vicissitude da vida humana, a morte de um animal doméstico é muitas das vezes, encarada com enorme sofrimento e desolação, tendo em consideração a afeição que os animais de companhia criam junto dos seus donos e das suas famílias.

Desta feita, a dignidade do animal doméstico de companhia deve ir muito mais além da sua relação em vida com os seus donos e com a comunidade. Devem assim, serem pensados mecanismos muito mais que o simples depósito dos animais unicamente para incineração, a fim do cumprimento das regras de saúde pública.

Em alternativa ao método convencional quando os animais chegam ao fim de vida, já se contam em Portugal, alguns cemitérios para animais domésticos criados com a finalidade do sepultamento e prestação de homenagem e culto por parte dos seus donos, o que caracteriza bem a relação de afinidade e de respeito da comunidade quer pela vida quer pela morte animal.

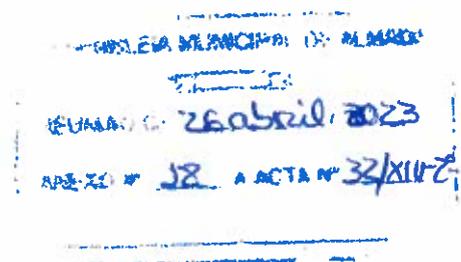
A criação do cemitério para animais domésticos e de companhia é uma solução a encontrar para quem pretenda prestar o respectivo culto mediante taxa municipal devida a aplicar, onde os seus donos depositam o seu animal para sua inumação, na sua última morada.

1/1

Tendo em conta os considerandos atrás mencionados, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 2023 em sessão ordinária, na localidade da Caparica, **delibera recomendar à câmara municipal a criação do cemitério municipal para animais domésticos de companhia fortalecendo a dignidade dos animais desde o início da sua vida até à sua morte.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Caparica, 26 de Abril de 2023





CDS-Partido Popular

Assembleia Municipal de Almada

RECOMENDAÇÃO CRIAÇÃO DE CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA EM ALMADA

No intuito de fazer face ao crescimento da criminalidade no concelho, tal como comprova o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), onde coloca Almada como o pior concelho do Distrito de Setúbal com mais crimes participados, é de elementar urgência que sejam desenvolvidos todos os esforços com o objectivo de criar mais segurança e mais tranquilidade no concelho, oferecendo mais qualidade de vida às populações e a todos aqueles que visitam e pretendam instalar os seus negócios ajudando a criar riqueza e postos de trabalho.

O usufruto do espaço público em liberdade é um direito que o Estado deve de garantir aos cidadãos, protegendo a sua integridade física, os seus bens, ao mesmo tempo que garante também a protecção e preservação do espaço natural, paisagístico e histórico-cultural, muitas das vezes também vandalizado e destruído.

O grau de vivência e convivência do espaço público pelos cidadãos em determinado local, concelho ou distrito, é bem sintomático das políticas ou da falta das mesmas, no que diz respeito às medidas implementadas para que esse usufruto seja efectuado em segurança e com comodidade, a fim de se tornar um espaço atractivo e convidativo para a vida em comunidade.

Não obstante a urgência de atender às inúmeras reivindicações e anseios por parte das forças policiais, nomeadamente, PSP e GNR, não obstante a necessidade de medidas e políticas governamentais aplicadas não só à segurança e protecção, mas também à inclusão, à exclusão social, aos factores de risco e discriminatórios, políticas de emprego, acesso à saúde, ao direito à habitação condigna, entre muitas outras, é de crucial importância que todos os instrumentos ao abrigo da lei em vigor que possam ajudar a estancar o aumento da criminalidade e da delinquência, deverão ter carácter de prioridade os denominados contratos locais de segurança.

Apela-se assim, àquelas efectivas responsabilidades de que devem ser partilhadas, não devendo as autarquias escusar-se ao seu imprescindível papel na área da segurança, dentro das suas competências e atribuições, partindo do princípio o seu conhecimento mais aprofundado dos problemas locais e da proximidade com as populações.

Através deste pressuposto, foram criados os Contratos Locais de Segurança (CLS), já com um vasto conjunto de municípios no país que aderiram a este instrumento saudado pelas populações e pelas forças de segurança, com o objectivo não só no que diz respeito à protecção e segurança, mas também ao combate às vulnerabilidades sociais fomentando a integração.

Na sua génese e definição oficial, os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais em interação com a comunidade, com vista à redução de dessas vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos factores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção. Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais.

74

Nesse sentido, o Estado projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança a nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Os Contratos Locais de Segurança, quando implementados têm, entre outros objetivos:

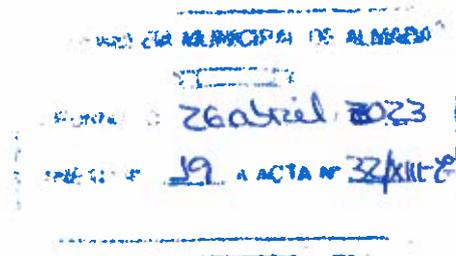
- Contribuir para a segurança comunitária ajudando a baixar os níveis de sentimento de insegurança, dando mais confiança às populações e a quem pretende investir e usufruir do espaço público
- Contribuir para a redução das actividades criminosas e comportamentos anti sociais
- Partilha de responsabilidades com os parceiros locais
- Prevenção da delinquência juvenil
- Eliminação de fatores criminógenos Ex: Identificação e intervenção nos fatores urbanísticos que potenciam a atividade criminosa – devolução do espaço público à comunidade
- Reforço da visibilidade policial Ex: Integração dos diversos programas de policiamento de proximidade no plano de intervenção
- Redução de vulnerabilidades sociais Ex: Identificação e intervenção junto dos grupos sociais tradicionalmente alvo de violência – idosos, vítimas de violência doméstica, coação, extorsão, etc.
- Envolvimento de vários departamentos governamentais Integração de políticas públicas no contexto local
- Diferentes tipologias de CLS Modelos adaptados às especificidades da área de intervenção
- Responsabilidade partilhada pelos três níveis de intervenção: político, de coordenação e operacional

A dinâmica dos Contratos Locais de Segurança, têm como metodologia e elaboração do diagnóstico local de segurança, seguida da elaboração do plano de acção que precede a implementação de medidas concretas, concluindo com a monitorização e avaliação no terreno das medidas implementadas dando oportunidade à conjugação de esforços e contributos de vários parceiros locais e institucionais, aperfeiçoando as suas competências de cada área num objectivo comum.

Uma vez que Almada não possui um Contrato Local de Segurança (CLS), e provado que está ser um instrumento de valor acrescentado junto das populações, sugeridos e incentivados pelas forças de segurança, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 2023, na localidade do Monte de Caparica, **recomenda à Câmara Municipal de Almada que possa encetar todos os esforços a fim de ser firmado com brevidade no concelho, um Contrato Local de Segurança (CLS), pelos motivos em cima expostos.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Caparica, 26 de Abril de 2023





CDS-Partido Popular

Assembleia Municipal de Almada

MOÇÃO
CONSTRUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DESENHO DO ESPAÇO PÚBLICO EM
CONSIDERAÇÃO À SEGURANÇA E À PROTECÇÃO DOS CIDADÃOS

O desenho e o planeamento das cidades modernas devem ir ao encontro da verdadeira harmonia do espaço público e do seu usufruto pelos cidadãos, nomeadamente através construção e da organização do equipamento e infraestruturas, que potenciem uma adequada mobilidade, como deve garantir a segurança e protecção, gerando confiança e atratividade quer ao nível da fixação de pessoas quer ao nível do investimento e aposta em novos nichos.

A comunidade só sentirá confiança e segura se os espaços envolventes forem adequados às suas necessidades e se proporcionarem uma convivência social livre e sem anseios e preocupações.

Compete ao poder decisório, onde se inclui as autarquias, concretizar planos arrojados e direccionados para um espaço público seguro, capaz de limitar e estancar potenciais perigos decorrentes de uma má gestão ou de um planeamento e desenho das cidades deficitário e antagónico às verdadeiras necessidades e prioridades das populações.

Desta feita, os PDM's, os planos pormenores, entre outros projectos desenhados e pensados para a construção e edificação no espaço público, devem ser elaborados, entre os aspectos, tendo em consideração a segurança e a protecção das pessoas e dos seus bens, enquanto preserva o património natural e paisagístico e cultural de cada concelho.

O desenho do espaço público deve acautelar e impedir que se formem barreiras físicas que influenciem e condicionem negativamente a vivência em segurança e em comodidade, considerando as pessoas com mobilidade condicionada e reduzida, as pessoas com deficiência, os mais idosos, as grávidas e os invisuais.

Piso adaptado e em segurança, corrimões de escada, passeios rebaixados, passadeiras devidamente identificadas, rampas de acesso, corredores exclusivos e em segurança, sinalética de trânsito conveniente, remoção de obstáculos e entulho na via pública, estacionamento organizado e disciplinado, são algumas entre muitas outras preocupações a ter em consideração aquando do planeamento do território.

A estas barreiras incongruentes com a boa harmonia do espaço público, junta-se a preocupação e a prioridade da criação do desenho e da construção do edificado e do equipamento e mobiliário urbano, centrado também na segurança de pessoas e bens no que respeita aos índices de criminalidade, contribuindo como factor dissuasor e preventivo.

A criação de becos e de recantos desapropriados, falta de iluminação ou iluminação insuficiente e desadequada, a falta de limpeza e de manutenção dos espaços públicos, os grafitis ilegais, os trilhos e caminhos desadequados e inusitados, a ausência de sinalização e informação adequada, jardins e parques infantis e espaços de lazer e diversão devidamente adaptadas às necessidades, são entre outras preocupações com a segurança dos cidadãos, que devem estar presentes e devidamente equacionadas no planeamento, no desenho e na construção do espaço público, ao mesmo tempo que é essencial à posteriori, a fiscalização e a aplicação das normas para o cumprimento do dever de boas práticas de convivência em comunidade.

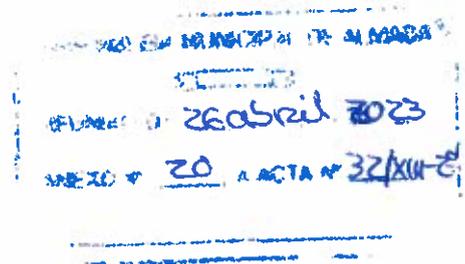
7K

Qualquer cidade que se identifique como moderna e aprazível para viver, convidativa e competitiva, deve abster-se de ter na sua organização estrutural e edificado, quaisquer obstáculos ou equipamentos que impeçam ou dificultem a passagem e manobras de bombeiros, INEM, Protecção Civil, de polícia e demais meios de intervenção de socorro e de protecção das suas populações.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 2023, na localidade da Caparica, **delibera recomendar junto da câmara municipal que planeie, organize, desenhe e construa o espaço público, em conformidade com as normas e boa convivência comunitária nomeadamente no que diz respeito à segurança e protecção dos cidadãos, dos seus bens e do património natural e histórico, e que cumpra e faça cumprir as leis e os regulamentos em conformidade.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Caparica, 26 de Abril de 2023





CDS-Partido Popular
Assembleia Municipal de Almada

SAUDAÇÃO DIA NACIONAL DOS EX-COMBATENTES ALMADENSES

Considerando a comemoração anual do dia do antigo combatente no dia 9 do presente mês, nunca é demais relembrar a sentida homenagem que antigos combatentes e suas famílias têm como merecido, fruto do enorme sacrifício e da prestação ao serviço do país nas missões ao qual lhes foi entregue a responsabilidade de ajudar a garantir a defesa da liberdade.

É por demais conhecida a entrega dos bravos soldados portugueses (destaca-se o feito de Aníbal Milhais, mais conhecido como soldado Milhões) tal como a responsabilidade que cada homem carregava aos seus ombros contra o invasor, contra a barbárie e contra a intolerância. Apesar de toda a entrega e esforço despendido pelos militares portugueses que combateram ao lado dos aliados, o resultado da famigerada batalha de La Lys na Bélgica, foi desastrosa, ceifando a vida a milhares de jovens lusos, deixando outros feridos e com mazelas para o resto das suas vidas, ao qual se acrescentam os desaparecidos, prisioneiros e, óbvia e lamentavelmente, famílias completamente destroçadas.

A todos eles é mais que reconhecida e meritória a sentida homenagem tal como é de crucial importância e prioridade que o Estado cumpra com o seu papel perante os antigos combatentes e reconheça o papel que as forças armadas tiveram, têm e terão de futuro para o país, na solidificação e garante da democracia representativa e na defesa dos direitos, liberdades e garantias consagradas na constituição e da carta dos direitos humanos.

Com mais de um século de distância, as guerras, para além do lastro de destruição e de tristeza que projectam na história e na humanidade, servem ao mesmo tempo para corrigir o passado, gerir o presente e preparar o futuro, no sentido em que se deve obter a aprendizagem dos erros cometidos e a não cometer.

Assim, é dever do Estado português não só homenagear de forma sentida todos os anos os antigos combatentes, mas também, dar condições para que aqueles que servem o país nas forças armadas quer as suas famílias quer os descendentes que sofrem e que sofreram ao longo dos anos os anseios e as amarguras de uma profissão de alto risco, se sentiam apoiados nas dificuldades sociais e económicas garantindo que o seu empenho não é nem será em vão.

Neste sentido, o merecido e honroso reconhecimento estende-se também a todos os combatentes almadenses e às suas famílias, ao qual o município deve prestar uma verdadeira homenagem dignificando e recordando aqueles que tombaram e deram as suas vidas ao serviço do país e que deverá perdurar no tempo e na memória do concelho.

TK

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 2023, na localidade do Monte de Caparica, **presta a mais sentida homenagem e reconhecimento aos ex-combatentes e às suas famílias, ao mesmo tempo que reforça a intenção da criação de um memorial no concelho em local a designar, que recorde o esforço e abnegação ao serviço da nação pelos ex-combatentes aqui justamente homenageados**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Caparica, 26 de Abril de 2023

